



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008726-55.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **ADEMARO MOREIRA ALVES**
Requerido: **BANCO DAYCOVAL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra do réu indenização por danos morais que ele lhe teria causado ao cobrá-lo por valor indevido.

As matérias suscitadas pelo réu em preliminar da contestação entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

Extraí-se dos autos que o réu ajuizou ação de busca e apreensão contra o autor e posteriormente pleiteou o cumprimento da sentença visando ao recebimento dos honorários advocatícios a cujo pagamento ele foi condenado.

Sobreveio então o r. decisório acostado a fl. 09 que extinguiu o aludido cumprimento porque o autor era beneficiário da assistência judiciária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim posta a questão debatida, a pretensão deduzida não há de prosperar.

Independentemente de quaisquer considerações sobre a litigância de má-fé imputada ao réu, tal matéria haveria de ser arguida e decidida no processo de origem, sendo vedado a este Juízo pronunciar-se a propósito.

No mais, não se concebe nem mesmo em tese de que a simples propositura de cumprimento de sentença pudesse render ensejo a dano moral ao autor.

A cobrança que constituiu seu objeto era devida porque a condenação do autor ao pagamento de honorários advocatícios teve vez (fls. 63 e 84), ficando apenas sua respectiva execução sujeita ao que dispõe o art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

O réu, portanto, não perpetrou ato ilícito.

Todavia, ainda que outro fosse o entendimento sobre o tema a conclusão permaneceria a mesma na medida em que nada de concreto faz supor que o autor tivesse sofrido abalo de vulto ou desgaste extraordinário por força do mero ajuizamento do cumprimento de sentença mencionado.

Sob qualquer ângulo de análise, assim, remanesce a certeza de que a postulação exordial carece de lastro a dar-lhe amparo, de sorte que sua rejeição é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**